

**RE nos EDcl no AgInt nos EDv nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM  
RESP Nº 1.729.547 - SP (2017/0233089-6)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
**RECORRENTE : JOSE MAURO DE CARVALHO**  
**RECORRENTE : CRISTIANE CRISOSTEMO DE CARVALHO**  
**ADVOGADO : SÉRGIO GONÇALVES RIBEIRO E OUTRO(S) - SP209996**  
**RECORRIDO : MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**PROCURADORE : LÚCIA HELENA DO PRADO E OUTRO(S) - SP136137**  
**S**  
**LUÍS FERNANDO DA COSTA - SP218195**  
**RECORRIDO : ROSA CRISTINA COUTINHO**  
**ADVOGADO : MARCOS JACQUES DE MORAES E OUTRO(S) - SP136138**

**EMENTA**

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRESSUPOSTOS DE  
ADMISSIBILIDADE RECURSAL. PREENCHIMENTO.  
MATÉRIA DE NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL.  
INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. TEMA  
181/STF. SEGUIMENTO NEGADO.**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por JOSE MAURO DE CARVALHO e CRISTIANE CRISOSTEMO DE CARVALHO, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fls. 584/585):

**PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO.  
VÍCIO NÃO CONFIGURADO. DIVERGÊNCIA  
JURISPRUDENCIAL. SIMILITUDE FÁTICA NÃO  
DEMONSTRADA. MALFERIMENTO DE DISPOSITIVO  
CONSTITUCIONAL. ANÁLISE INVIÁVEL NO APELO NOBRE.  
PROVA TESTEMUNHAL. NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO.  
SÚMULA 7/STJ. RESPONSABILIDADE DO ESTADO. ERRO  
MÉDICO. AUSÊNCIA DO NEXO CAUSAL. SÚMULA 7/STJ.**

1. Inexiste violação do art. 535 do CPC/1973 quando o acórdão recorrido fundamenta claramente seu posicionamento, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada.

2. A falta de comprovação da similitude fática entre os julgados comparados descaracteriza a ocorrência de dissenso pretoriano. Inobservância do disposto nos arts. 541 do CPC/1973 e 255 do RISTJ.

3. Inviável, no apelo nobre, a discussão sobre o malferimento de dispositivo constitucional, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.

4. A recusa da oitiva de testemunhas, pelo juiz, foi embasada na suficiência dos documentos constantes dos autos e na realização da

perícia. Impossível afirmar-se a necessidade daquela prova, bem como da incorreção do julgamento antecipado da lide, sem o reexame do contexto fático-probatório dos autos. Incidência da **Súmula 7/STJ**.

5. Segundo o Tribunal local, não existe comprovação de negligência, imperícia ou imprudência na conduta do profissional de saúde que realizou o atendimento emergencial, tampouco nexo de causalidade entre esta e o evento morte. Assim, mesmo que se entenda erro médico como hipótese de responsabilidade objetiva, impossível a afirmação desse dever na hipótese sem nova revisão dos fatos e provas constantes dos autos. Aplicação da **Súmula 7/STJ**.

6. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, não provido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fl.623).

Os embargos de divergência interpostos em seguida foram liminarmente indeferidos (fls. 738/740), decisão essa que foi confirmada pela Corte Especial às fls. 785/786. Confira-se:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. **SÚMULA N. 315 DO STJ**. INDEFERIMENTO LIMINAR. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. FUNDAMENTOS. DECISÃO AGRAVADA. AUSÊNCIA. NÃO CONHECIMENTO. **SÚMULA N. 182 DO STJ**. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO.

1. Na dicção do art. 1.021, § 1º, do Código de Processo Civil, na petição de agravo interno, o recorrente impugnar especificadamente os fundamentos da decisão agravada. No mesmo sentido dispõe a Súmula n. 182 do STJ, ao orientar que é inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada.

2. No caso em exame, a Presidência desta Corte Superior indeferiu liminarmente os embargos de divergência, com fundamento na incidência da Súmula n. 315 do STJ, visto que os pontos suscitados no recurso uniformizador não foram analisados no recurso especial.

3. Todavia, nas razões recursais do agravo interno, a agravante edifica toda sua insurgência na impossibilidade de aplicação da **Súmula n. 7 do STJ**, deixando de impugnar de forma específica os fundamentos da decisão agravada, em particular sobre a incidência da **Súmula n. 315 do STJ**.

4. Agravo interno não conhecido.

Novos aclaratórios foram opostos e rejeitados (fls. 824/825).

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 838/877), sustenta a parte recorrente a repercussão geral da questão tratada e que houve ofensa aos artigos 1º, III, e 5º, 6º, 23, II, 30, VII, 37, §6º, 196 e 198 todos da Constituição Federal.

Alega, em suma, “ *que a responsabilidade do Estado perante o cidadão é objetiva, dependendo da constatação do dolo ou da culpa apenas o direito de regresso do ente público em relação ao seu agente.*” Acresce que “*o constituinte adotou, expressamente, a teoria do risco administrativo como fundamento da responsabilidade da Administração Pública* ” No mais, pugna pela reavaliação das provas dos autos, ou

seja, pela “ *reavaliação de um conjunto de elementos expressamente indicados na decisão impugnada, os quais são analisados pelo Colegiado, que pode reformar, quando o caso, a conclusão esboçada.*”

Não foram apresentadas contrarrazões, conforme certificado às fls. 887 e 888.

É o relatório.

**Decido.**

O recurso extraordinário não comporta seguimento.

Da leitura do acórdão recorrido, verifica-se que se concluiu pela ausência de preenchimento dos pressupostos de admissibilidade necessários ao conhecimento do recurso pelo Superior Tribunal de Justiça, **o que impediu a análise do mérito recursal.**

Com efeito, na espécie, o acórdão impugnado no recurso extraordinário conheceu parcialmente do especial para nessa parte negar-lhe seguimento, aplicando os enunciados das súmulas n.7 e n. 315 do Superior Tribunal de Justiça.

E, consoante entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Repercussão Geral no RE 598.365 RG/MG, "a questão do preenchimento dos pressupostos de admissibilidade de recursos da competência de outros Tribunais **tem natureza infraconstitucional e a ela são atribuídos os efeitos da ausência de repercussão geral**" (Tema 181/STF).

Confira-se, por oportuno, a ementa do aludido aresto:

PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS DA COMPETÊNCIA DE OUTROS TRIBUNAIS. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. A questão alusiva ao cabimento de recursos da competência de outros Tribunais se restringe ao âmbito infraconstitucional. Precedentes. Não havendo, em rigor, questão constitucional a ser apreciada por esta nossa Corte, falta ao caso “elemento de configuração da própria repercussão geral”, conforme salientou a ministra Ellen Gracie, no julgamento da Repercussão Geral no RE 584.608. (RE 598365 RG, Relator(a): Min. AYRES BRITTO, julgado em 14/08/2009, DJe-055 DIVULG 25-03-2010 PUBLIC 26-03-2010 EMENT VOL-02395-06 PP-01480 RDECTRAB v. 17, n. 195, 2010, p. 213-218)

No mesmo sentido, segue precedente do Pleno do STF:

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO DEMONSTRAÇÃO. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. OBTENÇÃO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. QUESTÃO RELATIVA A PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO DE COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. CARÁTER PROTETÓRIO. IMPOSIÇÃO DE MULTA. (...) **3. O Supremo Tribunal Federal já assentou a ausência de repercussão geral da questão relativa ao cabimento de recursos da competência de outros Tribunais, por restringir-se a tema infraconstitucional (Tema 181 - RE 598.365, Rel. Min. Ayres Britto).** 4. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC/2015, uma vez que não houve prévia fixação de honorários de

# *Superior Tribunal de Justiça*

sucumbência. 5. Agravo interno a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015. (ARE 941152 AgR-EDv-AgR, Relator Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 29/06/2018, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-163 DIVULG 10-08-2018 PUBLIC 13-08-2018)

Assim, tendo em vista que o acórdão ora recorrido não proferiu juízo de mérito na causa, não há repercussão geral na espécie, tendo incidência o Tema 181/STF.

E, exatamente por isso, vale dizer, a não análise do mérito, fica inviabilizado o exame das questões suscitadas neste recurso extraordinário, relacionadas à apontada ofensa aos artigos 1º, III, e 5º, 6º, 23, II, 30, VII, 37, §6º, 196 e 198, todos da Constituição Federal.

Ante o exposto, com fundamento no art. 1.030, I, alínea "a", primeira parte, do Código de Processo Civil, **nego seguimento ao recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

Vice-Presidente